

Sucesso no processo argentino de abertura.

Já no Brasil...

Credibilidade e vontade política. Essas são palavras-chaves para explicar as decisões tomadas pelo presidente argentino Carlos Menem, que resultaram nos primeiros decretos de privatização, apesar da oposição de parte dos sindicatos, e na suspensão de subsídios. O presidente José Sarney perdeu todas as oportunidades de introduzir mudanças estruturais na economia brasileira e agora, no final de mandato, não tem respaldo político para realizá-las. E mesmo que Sarney resolvesse abrir nossa economia e facilitar a entrada de capital estrangeiro, como fez Menem, iria esbarrar na camisa de força imposta pela Constituição.

— A frente de coalizão alcançada por Menem na Argentina lhe dá respaldo para tomar as medidas necessárias para salvar o País — disse Antoninho Marmo Trevisan, presidente da empresa de consultoria Trevisan e Associados e ex-titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest). No Brasil, o governo en-

frenta o nível mais baixo de credibilidade, a ponto de cancelar todo o processo de privatização porque um presidente de sindicato afirmou que algumas coisas estão erradas.

Em meados de agosto, o presidente argentino conseguiu aprovação pelo Congresso da Lei de Emergência Econômica, que prevê a suspensão por 180 dias de todos os subsídios e licença para “privatizar tudo o que for privatizável”. A suspensão dos subsídios significará uma economia de US\$ 3 bilhões para a Argentina neste ano. Na lista de privatizações estão 32 empresas públicas endividadas consideradas a causa imediata do processo de hiperinflação, que bateu, em julho, em 196,6%. Já foram publicados os decretos para passar para a iniciativa privada a estatal de telecomunicações, a Entel e a Ferrocarriles Argentinos, de transporte ferroviário.

O presidente Menem também enfrenta problemas. O argentino Cláudio Della Penna, sócio da

Arthur Andersen, explicou que a poderosa Central Geral dos Trabalhadores está dividida, com grupos bem definidos a favor do processo e outros, dominados por sindicatos de estatais e paraestatais, totalmente contrários. Só que as pesquisas demonstram que 70% da população apoia o programa.

No Brasil, as estimativas são de que incentivos e subsídios consumam, esse ano, US\$ 5 bilhões e as tentativas feitas para reduzir essas despesas esbarram na falta de decisão política do governo, que, sistematicamente curva-se às pressões. O Programa de Desestatização, com três anos de existência, apresenta números modestos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) levou a leilão 13 estatais — de um total de 240 — e as denúncias de irregularidades na venda da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (Cosavi) e da Mafersa — que apresentou um prejuízo, no ano passado, de NCz\$ 20,3 milhões — levou o presidente Sarney a suspender todo o programa.